

Wagner Rufino Nunes

**A recorrente experiência da violência sexual intrafamiliar: heranças
geracionais e a constituição de alianças traumáticas**

Uberlândia

2021

Wagner Rufino Nunes

A recorrente experiência da violência sexual intrafamiliar: heranças geracionais e a constituição de alianças traumáticas

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Professora Doutora Anamaria Silva Neves

Coorientadora: Professora Doutora Miriam Tachibana

Uberlândia

2021

Wagner Rufino Nunes

**A reincidente experiência da violência sexual intrafamiliar: heranças
geracionais e a constituição de alianças traumáticas**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Professora Doutora Anamaria Silva Neves

Coorientadora: Professora Doutora Miriam Tachibana

Banca Examinadora
Uberlândia, 5 de maio de 2021

Professora Doutora Miriam Tachibana
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Professora Doutora Marisa Aparecida Elias
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Doutoranda Layla Raquel Silva Gomes
Universidade de São Paulo – São Paulo, SP

Uberlândia
2021

RESUMO

O presente estudo visou primordialmente compreender os aspectos subjetivos da dinâmica de famílias nas quais ocorre a violência sexual intrafamiliar (incesto) contra crianças e adolescentes. Nesse contexto, buscou-se investigar a confluência de objetos transgeracionais que operam inconscientemente na perpetuação da violência sexual intrafamiliar com consequente gravidez fruto dessa violência. Com amparo no método psicanalítico, a pesquisa foi realizada por meio da análise de prontuários de atendimento de duas adolescentes e por meio da observação in loco realizada durante uma breve visita realizada até a casa delas. Melissa e Najla, ambas com 14 anos na época do primeiro atendimento, ficaram grávidas em decorrência da violência sexual intrafamiliar, e foram atendidas no Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (Nuavidas), ambulatório especializado no atendimento a vítimas de violência sexual do Hospital de Clínicas Universitário da Universidade Federal de Uberlândia (HCU-UFU). Com a investigação e análise dos casos, depreendeu-se a constituição de alianças inconscientes e traumáticas - permeadas sobretudo pelo seu aspecto negativo -, bem como a atuação de desejos incestuosos - pela simbolização precária desses - e a marcante inversão de papéis entre os componentes familiares. Foi possível notar a coexistência de elementos psíquicos que parecem operar como heranças transgeracionais. Dessa forma, a gravidez resultante da violência sexual intrafamiliar cometida contra adolescentes pode ser compreendida como um inventário que reforça a existência de heranças transgeracionais na dinâmica de tais famílias, mas também dá prosseguimento a elas, porque tal gestação repete a cadeia de transmissão de elementos psíquicos não simbolizados, recalçados e inconscientes.

Palavras chaves: Alianças inconscientes traumáticas; Gravidez; Heranças transgeracionais; Incesto; Psicanálise;

ABSTRACT

The present study aimed primarily to understand the subjective aspects of the dynamics of families in which intrafamily sexual violence (incest) against children and adolescents occurs. In this context, we sought to investigate the confluence of transgenerational objects that operate unconsciously in the perpetuation of intrafamily sexual violence with consequent pregnancy as a result of this violence. Based on the psychoanalytic method, a survey was carried out through the analysis of medical records of two adolescents and by observation at a location carried out during a brief visit to their home. Melissa and Najla, both 14 years old at the time of the first visit, irritated pregnant women due to intrafamilial sexual violence, and were attended at the Center for Comprehensive Care for Victims of Sexual Assault (Nuavidas), an outpatient clinic specialized in the necessarily sexual care of the Hospital University Clinics of the Federal University of Uberlândia (HCU-UFU). With an investigation and analysis of cases, it was found a constitution of unconscious and traumatic alliances - permeated mainly by its negative aspect -, as well as the incestuous wishes acting - by precarious symbolization of these - and the marked reversal of roles among family members. It was possible to notice the coexistence of psychic elements that seem to operate as transgenerational inheritances. Thus, the pregnancy resulting from intrafamily sexual violence committed against adolescents can be understood as an inventory that reinforces the existence of transgenerational inheritances in the dynamics of such families, but also gives continuity to them, because such a pregnancy repeats the chain of transmission of psychic elements not symbolized, repressed and unconscious.

Key words: Traumatic unconscious alliances; Pregnancy; Transgenerational inheritances; Incest; Psychoanalysis;

SUMÁRIO

1 Introdução.....	1
1.1 Acordos familiares traumáticos	1
1.2 Gestação prematura: violência anunciada.....	4
1.3 A dinâmica simbiótica do incesto	5
1.4 A transmissão psíquica e o incesto	7
2 Metodologia	9
3 Apresentação dos casos.....	12
3.1 Encontro com o serviço: o descortinamento da violência.....	12
3.2 Os familiares e o desvelar gestacional.....	13
3.3 Gravidez de(liberada).....	14
3.4 Melissa e Najla: origens, laços de família e maternidade	15
4 Análise dos casos e discussão	18
4.1 Os laços parentais e a constituição de arranjos familiares traumáticos	18
4.2 Violência pactuada: silêncio gratificado	20
4.3 Gravidez transgredida: famílias amalgamadas.....	25
4.4 Heranças transgeracionais: gestações inventariadas.....	28
5 Considerações finais	33
6 Referências.....	35

1 Introdução

No Brasil, ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proponha a garantia de proteção integral à vida desses indivíduos, os índices de violência sexual infantojuvenil que ocorrem no interior das famílias brasileiras são alarmantes. A saber, de acordo com Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2018), entre os anos de 2011 a 2017, 69,2% dos casos de violência sexual contra crianças ocorreu dentro de suas residências, e a mesma relação vale para os 58,2% de casos contra adolescentes.

Neves, de Castro, Hayeck e Cury (2010) evidenciam que a violência sexual contra crianças e adolescentes caracteriza-se por ser um processo endêmico e global que possui peculiaridades e especificidades inerentes às distintas culturas e aspectos sociais. De modo análogo, especialmente a violência sexual intrafamiliar que acomete crianças e adolescentes, aparece em qualquer nível social, raça, etnia ou credo (Ferrari & Vecina, 2004).

Nesse contexto, ao perceber que, mesmo com essas conquistas legais, a violência sexual mantém-se como fenômeno presente na sociedade contemporânea, questiona-se quais podem ser os fatores que colaboram para que ela continue sendo parte da dinâmica familiar. Com efeito, o presente estudo tem como objetivo investigar, especialmente, as confluências de conteúdos transgeracionais que operam inconscientemente na perpetuação da violência sexual intrafamiliar com consequente gravidez de adolescentes entre sucessivas gerações. Nesse sentido, supõem-se que a gravidez decorrente da violência sexual intrafamiliar cometida contra crianças e adolescentes revela-se como um inventário que evidencia a existência de heranças transgeracionais na dinâmica de tais famílias e articula-se como uma via de transmissão e de preservação dessas.

Para isso, traçou-se um percurso de compreensão teórica que percorre a manifestação de acordos inconscientes traumáticos na constituição de arranjos familiares, passando pela atuação de desejos incestuosos e pela dificuldade na simbolização de funções familiares, fatores pelos quais a violência sexual intrafamiliar evidencia-se como uma experiência recorrente entre diferentes gerações, e que fortuitamente pode ser preservada por meio da resultante gravidez de crianças e adolescentes.

1.1 Acordos familiares traumáticos

Entende-se que o conceito de família não possui uma definição única. Gobetti (2000) compreende essa a partir da função de parentesco social entre os membros que a compõem, o que dispensa a existência apenas de relações de consanguinidade ou de afinidade entre eles,

importando, na verdade, o laço emocional que possuem. Sei e Gomes (2015) apontam, de forma semelhante, que os constituintes da família estão conectados por meio de vínculos afetivos, permeados pelo inconsciente, e transmitidos psiquicamente com o desenrolar do tempo.

Nessa perspectiva, a composição vincular da família é a matriz fundamental da organização do psiquismo, pois o vínculo constitui-se por meio do elo inconsciente que une temporalmente seus componentes (Correa, 2000). É esse vínculo que oferece recursos para que seja possível traçar as funções de um agrupamento familiar, bem como defini-lo e diferenciá-lo de outro grupo (Passos, 2011).

Com efeito, os vínculos iniciais constituídos por meio dos investimentos pulsionais recíprocos formulam a base para o pertencimento do sujeito ao grupo, pois “os investimentos recíprocos de afeto são fundamentais não só para a criação do espaço psíquico da família, mas também para a emergência - neste espaço - dos sujeitos e das relações intersubjetivas” (Passos, 2011, p. 1005).

Em “Totem e Tabu”, Freud (1913/1974) sugere que a formação desses vínculos humanos - inclusive a família - está relacionada ao desvio da finalidade pulsional, na medida em que há a renúncia de pulsões agressivas e sexuais em prol da vida coletiva, o que gera desprazer, sofrimento. De acordo com Castanho (2015), esses arranjos vinculares estão relacionados com a esfera intrapsíquica dos sujeitos que os compõem.

A partir da releitura de obras freudianas, Kaës (2009) define que a instauração de qualquer vínculo está assentada na existência de um aparelho psíquico grupal, organizado pela dimensão do inconsciente. O surgimento e a manutenção de vínculos entre os pares estão subordinados à existência de alianças inconscientes. Assim como na proposta freudiana, para Kaës (2009), a formação desses contratos grupais implica na abdicação de algo. Em troca da preservação do vínculo, submete-se à imposição da dimensão do negativo. Os caracteres negativos desses pactos firmados nas constituições grupais só podem ser expressos fora do campo da consciência dos seus acordantes, seja por aquilo que é recalcado, rejeitado, seja por aquilo que é traumático e não simbolizado (Kaës, 2009).

Assim, a composição de vínculos intersubjetivos é organizada pelo estabelecimento de pactos denegativos. Para Kaës (2005), o pacto denegativo está presente não apenas na instituição dessa subjetividade grupal, mas também na organização de aspectos singulares dos membros familiares. Além disso, ele pode ser firmado como um mecanismo de defesa que se expressa por recalcamientos, recusas e elementos sem simbolizações (Garcia & Penna, 2010).

Kaës (2009) categoriza as alianças inconscientes em estruturantes e defensivas, sendo estas, por sua vez, divididas em alienante, patológica e destrutiva. As alianças estruturantes têm a função de conceber os vínculos entre seus signatários e de efetuar a estruturação do psiquismo desses. Já as defensivas, como o próprio nome diz, cumprem a função de defender o psiquismo do sujeito. Logo, os mecanismos de recalque, forclusão e negação operam de modo inconsciente a fim de resguardar os sujeitos de alguma percepção inaceitável parcial ou total da realidade, mantendo as alianças, sejam elas alienantes e patológicas sejam elas destrutivas.

Além do elemento negativo que permeia a constituição de acordos inconscientes nesses agrupamentos, identifica-se, ainda na obra de Kaës (2009), aspectos que se apresentam como benéfico ou como compensação das operações psíquicas que o vínculo exige e mantêm, o que são vividos como prazer ou evitação do desprazer. Nisso há uma semelhança com a lógica do sintoma, pois, para Kaës (2009):

As alianças inconscientes têm a estrutura de um sintoma partilhado para o qual cada sujeito contribui e do qual retira benefício para seus próprios interesses, sob a condição de que aqueles com os quais se liga tenham, se não exatamente o mesmo interesse, ao menos o interesse de fundar seu vínculo sobre essa aliança. (Kaës, 2009, p. 2)

Logo, o caráter compensatório das alianças inconscientes também contribui para a sustentação do vínculo (Castanho, 2015).

Abdala, Neves e Paravidini (2013) ressaltam que, por conta desses pactos denegativos que asseguram as alianças inconscientes traumáticas entre os membros do grupo, algumas famílias não encaram situações de sofrimento, uma vez que não conseguem dar significado para tais circunstâncias, pois “elas ainda não revelam as experiências dolorosas aos descendentes como se fosse possível ignorar os materiais inconscientes que permeiam as relações” (p.52).

Com efeito, a violência sexual intrafamiliar pode ser uma dessas situações que não são encaradas pelos integrantes do pacto. Conforme Bertin e Passos (2003), a violência pode se organizar como resultado desses acordos que rompem fronteiras e adquirem formas e sentido na vida psíquica dos sujeitos que estão inseridos na realidade intrasubjetiva e compartilhada da família.

1.2 Gestação prematura: violência anunciada

A anunciação e a descoberta da violência sexual intrafamiliar parece evidenciar a existência de alianças inconscientes familiares que são mantidas pela via do que não é elaborado no espaço intersubjetivo vincular. Como consequência, a violência sexual intrafamiliar mantém-se, de acordo com Araújo (2002), primeiramente, pela dificuldade em comprovar a violência por conta da ausência de marcas físicas visíveis, haja vista que frequentemente a violência é cometida sem o uso da força física, e, secundamente, pela manutenção da violência para a ordem do não dito, do oculto, do segredo, o qual pode percorrer diversas gerações sem ser denunciado. Isso ocorre, visto que “há um mito em torno dele, não se fala, mas todos sabem ou parecem saber da sua existência, mesmo que ignorem o conteúdo; mas silenciam, num pacto inconsciente com o agressor ou em nome de uma pseudo-harmonia familiar” (p. 8).

Segundo Henrique e Gomes (2005), na constituição da história familiar, há a criação de mitos inquestionáveis, os quais sustentam o enredo de papéis, atribuições e trocas familiares que dão concordância e estabilidade ao grupo, mas que, por vezes, compõem sintomas traumáticos como a violência.

Para Chauí (1985), a violência não é uma violação ou transgressão de regras, normas e leis, mas sim a transformação de uma distinção e de uma assimetria em uma relação de hierarquia desigual, com a finalidade de dominar, explorar e oprimir, o que se opera na passividade e no mutismo das crianças e adolescentes vítimas dessa prática de ordem sexual. Assim, a violência:

Se mostra ligada ao poder, pois se um domina de um lado, do outro está o sujeito dominado, violentado, ou seja, fica estabelecida uma relação de forças em que um polo se caracteriza pela dominação e o outro pela coisificação (Chauí, 1985, p. 100).

Conforme Ferrari e Vecina (2002), sendo a violência uma expressão das relações de poder e dominação de um indivíduo sobre outro, evidencia-se uma deturpação da liberdade desse outro, uma descaracterização da horizontalidade baseada no princípio da igualdade, um direito essencial de todos.

Especificamente, a violência sexual intrafamiliar descortina uma dinâmica em que o ato é praticado por pessoas ligadas diretamente às vítimas, as quais possuem relação de confiança com tais agressores. Muitas vezes, esses sujeitos residem conjuntamente e sobre tais vítimas exercem alguma forma de poder ou de dependência (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

A gravidez de crianças e adolescentes como resultado do violência sexual intrafamiliar evidencia-se pela complexidade de seus efeitos físicos e emocionais, pois, segundo Panhoni (2017, p.2), “além dos riscos associados a uma gravidez precoce, que viola a dignidade sexual, pode devastar a infância e adolescência destas jovens mulheres”. O sofrimento a que são sujeitadas pode levá-las à diminuição da autoestima, à deterioração de sua saúde, principalmente no que diz respeito à ginecológica, e conseqüentemente a toda qualidade de vida, provocando inclusive transtornos psicológicos (Souto et. al, 2017).

A gravidez na adolescência decorrente de violência sexual, que é precoce e forçada, antecipa para essas garotas o sexo, em sua forma invasiva, e também a gestação, delegando papéis ainda não direcionados a essa condição e faixa etária (Santos, 2013).

Para além disso, a grande maioria dessas crianças e adolescentes grávidas não possuem informações acessíveis e eficientes sobre a gestação, tampouco sobre seus efeitos, e principalmente sobre os seus direitos. Muitas vezes, apesar do aborto decorrente de violência sexual, incestuosa ou não, ser permitido pela legislação brasileira, ainda há pouco conhecimento por parte da população no que concerne aos direitos sexuais de crianças e adolescentes (Panhoni, 2017).

No caso da violência sexual intrafamiliar, há um tabu que o cerca, fazendo com que o assunto seja negado e que não existam com frequência discussões e esclarecimentos profundos sobre o tema (Panhoni, 2017). Para a sociedade é difícil tratar sobre essa temática, porém mais ainda lidar com o problema (Gobetti, 2000).

Entretanto, compreende-se que a reflexão acerca da violação do tabu do incesto é necessária para o entendimento não apenas das repercussões da gestação de crianças e adolescentes fruto do incesto, mas também para investigar de que forma a transgressão dessa lei está relacionada com a dinâmica geracional das famílias envolvidas nesse fenômeno.

1.3 A dinâmica simbiótica do incesto

Verifica-se uma dificuldade em conceituar o incesto pela razão dele estar envolvido com duas outras definições de caráter social, na medida em que podem “variar segundo a época e a cultura: o abuso sexual e a família” (Cohen & Gobetti, 1998, p.2). O incesto, do ponto de vista psicanalítico, pode ser caracterizado por uma violência sexual intrafamiliar, “com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de um dos membros do grupo e que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio” (Cohen, 1993, p. 132).

Freud (1913/1974), a partir do mito da horda primeva, delimita a proibição do incesto como essencial para a inserção do indivíduo na cultura, na medida em que permite a esse a convivência social com os pares, por meio da renúncia de suas pulsões sexuais e agressivas. Nesse sentido, a interdição do incesto é uma das regras civis mais primitivas de toda a humanidade, sendo a sua transgressão o “crime dos crimes” (Cyrulnyk, 1994, p. 27 apud Cromberg, 2001, p. 30).

Somente a instituição de tamanha proibição justificaria a necessidade de uma lei igualmente intensa, pois não há motivos de se proibir algo que ninguém deseja fazer (Pinheiro, 2015). Por isso, de acordo com Gobbetti (2000), é necessário que os desejos incestuosos, presentes em todas as civilizações, sejam reprimidos para a sobrevivência da civilização. De acordo com Freud (1930/2011a), em “O mal-estar da civilização”, “o incesto é antissocial e a civilização consiste numa progressiva renúncia a ele” (p. 39).

Em virtude disso, para Freud (1923/2011b), na obra “O ego e o id”, a interdição do incesto configura-se como estruturador mental, visto que a repressão dos desejos incestuosos estrutura o aparelho mental em suas três instâncias: id, ego e superego. A possibilidade de renúncia da busca direta de realização desses desejos incestuosos, nas fantasias sexuais primárias da criança, é responsável pela constituição do superego, conseqüentemente, o desenvolvimento das condições básicas para a civilização (Pinheiro, 2015).

Gobbetti (2000) relembra que a transgressão da lei do incesto, por meio da atuação de desejos incestuosos, pode ocorrer pela ausência de funções estruturantes dentro da família. A atuação de tais desejos impossibilita a simbolização deles no aparelho psíquico e dificulta a assimilação das funções sociais para o desenvolvimento mental do sujeito. Devido a isso, entende-se que o incesto engloba não apenas o par vítima-agressor, mas toda a dinâmica familiar (Gobbetti, 2000).

Conforme Pinheiro (2015), a existência dessas relações sexuais incestuosas pode indicar uma organização familiar em que se predomina um caráter ameaçador e fragmentador entre seus componentes, conseqüentemente causando vínculos disfuncionais entre eles. Isso porque tais agrupamentos familiares negaram o tabu do incesto, o que gera uma dificuldade em estabelecer funções sociais entre seus membros, haja vista que as representações das funções de pai, mãe e filhos não correspondem a quem são atribuídas.

Para Cohen (1993), uma das atribuições do tabu do incesto é levar ao “reconhecimento das funções de pai e de mãe, contribuindo para a aquisição de uma identidade familiar, que será o primeiro passo para a estruturação de uma identidade social” (p.129). Nesse sentido, a experiência de concretização do incesto evidencia uma fenda da disposição das funções

familiares e da sua dinâmica, apresentando uma violência que se materializa em um enredo dissimulado, em que os papéis, as funções e os limites entre os componentes familiares não são respeitados, impedindo sua inserção na cultura (Pinheiro, 2015).

Desse modo, é observado que as famílias com relações sexuais incestuosas são patologicamente simbióticas, na medida em que os processos de personificação e de discriminação dessa condição de simbiose são ineficientes, aprisionando seus membros em um curso de desenvolvimento falho (Benini, 2012). Como forma de manter essa não separação, pode-se observar que, nessas famílias, de acordo com Bertin e Passos (2003), há uma impossibilidade de significação da experiência da violência sexual intrafamiliar, o que a institui como elemento cristalizado, que se repete pela ausência de inscrição subjetiva, de simbolização, entre as gerações.

Essa reiteração de conteúdos psíquicos não elaborados, de acordo com Freud (1914/1990), no texto “Recordar, repetir e elaborar”, se dá na medida em que o indivíduo não se recorda, haja vista que tais experiências não se tornaram despertas psiquicamente dizendo. Assim, torna-se impossível lembrar algo que nunca poderia ter sido esquecido, pois nunca foi percebido, isto é, nunca foi consciente. Aquilo que não foi “esquecido”, e sim reprimido, manifesta-se pela atuação ou atua-o, ou melhor, há a reprodução não como uma lembrança, mas como uma ação; “repete-o, sem, naturalmente, saber o que está repetindo” (p. 94).

Isso pode ser mais bem investigado a partir do conceito de transmissão psíquica transgeracional, elemento importante na análise da dinâmica de famílias incestuosas, fazendo-se necessário, destarte, uma compreensão mais aprofundada dessa temática.

1.4 A transmissão psíquica e o incesto

O conceito de transmissão psíquica na obra de Freud (1856-1939) atravessa diferentes compreensões na medida em que ocorre o aperfeiçoamento de sua teoria. Nesse contexto, em “Totem e Tabu” (1913), a partir do mito científico, Freud (1913/1974) diferencia entre a transmissão por identificação às figuras parentais, que diz respeito à história pessoal do sujeito, e a transmissão genérica, que é formada por traços mnemônicos dos vínculos com as gerações anteriores. O primeiro processo (ontogenético) refere-se à história e, o segundo (filogenético), à pré-história de tal indivíduo. Logo, esse sujeito leva uma existência dupla: uma para servir às suas próprias finalidades e a outra como uma conexão que ele serve involuntariamente.

No que concerne à história do indivíduo, em “Sobre o narcisismo: uma introdução”, Freud (1914/2010) estabelece que o amor parental é o retorno e a reprodução do narcisismo

dos pais, que, ante as suas expectativas, projetam nos filhos os seus ideais (de Azevedo, Féres Carneiro, Brandão & Lins, 2016). Conforme Eiguer et al. (1998), nessa obra, Freud aponta as significações de lugar e predisposição significantes no processo de transmissão, por meio das identificações.

Como resultado, o bebê se torna o herdeiro dos sonhos não realizados por seus pais, de modo que o sujeito necessita, em seu processo de subjetivação, assumir sua posição e apoderar-se do sentido do seu próprio desejo, a partir dos desejos dos seus antecedentes (Correa, 2003). De Azevedo et al (2016) expõem, então, que “o infante seria o depositário, o servidor e herdeiro dos sonhos e dos desejos não realizados dos pais” (p. 170).

Já em relação à pré-história (também denominada por Freud (1921/2011c) como “herança arcaica”, em “Psicologia das massas e análise do eu”), Abdala et al. (2013) propõem que o autor compreende a herança arcaica como sendo formada a partir da articulação de processos psíquicos inconscientes geracionais com as instâncias psíquicas id, ego, superego. Isso porque, consoante a Freud (1921/2011c), quando instituídas em uma cadeia de repetição e com intensidade suficiente em muitos indivíduos de gerações sucessivas, as experiências do ego transformam-se em experiências do id. Com isso,

Esses traços mnêmicos inconscientes são preservados pela herança psíquica e operarão por via do id. Este último, por sua vez, é capaz de ser herdado, e é o local que aloja os resíduos das existências e experiências constituintes de diversos eus dos ancestrais. Estas podem ser revividas inconscientemente por esse eu do descendente (Abdala et al., 2013, p. 48).

Nessa óptica, conforme Eiguer et al. (1998), a transmissão psíquica entre as gerações, portanto, é composta de traços mnemônicos originados das relações dos ascendentes. O que se resulta desse processo de transmissão psíquica é denominado de herança, a qual pode ser constituída por conteúdos intergeracionais e transgeracionais (Abdala, et al., 2013).

A transmissão intergeracional é aquela que compreende um âmbito de metabolização do material psíquico transmitido por meio da geração mais próxima e que, se transformado, passará adiante. Já a transgeracional concerne em elementos psíquicos da herança genealógica não transformados e não simbolizados, demonstrando, então, vácuos e falhas na transmissão, de forma que a não significação desse conteúdo psíquico inconsciente transpõe inúmeras gerações (Correa, 2000).

Dessa maneira, a transmissão psíquica transgeracional comumente se manifesta no cerne dos laços parentais de forma negativa e traumática, pois o que se transmite é “preferencialmente o que não contém, aquilo que não se retém, aquilo que não se lembra,

como a vergonha, a falta, a doença, o recalçamento, os objetos perdidos e ainda enlutados” (Kaës, 1998, p. 9). Assim, a presença desses aspectos inconscientes, transmitidos por gerações e não elaborados traduz-se por não-ditos, por tabus, pelo não pensado, pelo oculto, pelo segredo, pelo que é negado, etc (Bertin & Passos, 2003).

No entanto, segundo Kaës (1998),

O que se transmite não é só o negativo, é também aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação das formas e dos processos de conservação e de complexidade da vida: ideais, mecanismos de defesa, identificações, certezas, dúvidas (1998, p. 9).

Ambos os conteúdos são herdados de modo inconsciente e simultaneamente (Abdala et al, 2013). Em especial, os conteúdos transgeracionais ou objetos transgeracionais, segundo Garcia e Penna (2010), apresentam-se perenemente intrusivos, o que impossibilita o sujeito de representar, elaborar, permanecendo alienado em relação àquilo que herdou.

2 Metodologia

De modo a abordar e investigar os aspectos transgeracionais presentes na perpetuação da violência sexual intrafamiliar contra adolescentes, a pesquisa foi empreendida por meio da análise de prontuários de atendimento de duas adolescentes e por meio da observação in loco realizada durante uma breve visita realizada até a casa delas. A definição das participantes deu-se por meio da leitura dos prontuários de adolescentes que sofreram violência sexual intrafamiliar e que decidiram dar continuidade à gestação.

Melissa e Najla¹, ambas com 14 anos na época do primeiro atendimento, ficaram grávidas em decorrência da violência sexual intrafamiliar, e foram atendidas no Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (Nuavidas), ambulatório especializado no atendimento a vítimas de violência sexual do Hospital de Clínicas Universitário da Universidade Federal de Uberlândia (HCU-UFU). O ambulatório em foco envolve uma equipe interdisciplinar capacitada em acolher de forma integral às vítimas desse tipo de violência.

O esquadramento da história familiar dessas adolescentes e de seus aspectos transgeracionais foram evidenciados, sobretudo por meio de uma análise psicanalítica dos prontuários de atendimento dessas adolescentes, a qual, de acordo com Debieux (2004), pode ser aplicada em contextos que extrapolam a clínica tradicional justamente, porque “o

¹ Sinaliza-se que, como forma de resguardar o sigilo dessas adolescentes e de seus familiares, os nomes utilizados neste trabalho são fictícios.

inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações culturais e sociais. O sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende” (p. 341-342).

Além da análise dos prontuários, a observação também serviu de instrumento para a pesquisa, pois, de acordo com Rosa (2010), a observação com fundamentação psicanalítica, direcionada e em associação com a teoria que a precede, é dirigida à dinâmica psíquica que está subjacente ao fenômeno observado. Ainda que tal dinâmica manifeste-se eventualmente de forma pouco verificável, as respostas do indivíduo estão subordinadas a seu universo fantasmático, que, por conseguinte, estão ligados aos conteúdos recalcados, que abarcam a história das escolhas de objeto, a das pulsões, os caminhos de desejos e, por sinal, os aspectos transgeracionais de sua experiência.

Assim, devido ao contexto atual da pandemia da Covid-19, após o contato telefônico com as adolescentes e seus responsáveis, foi marcado um encontro presencial único com cada uma delas, momento em que ocorreu a observação das adolescentes e suas famílias. As visitas foram realizadas a fim de apresentar a pesquisa, esclarecer a respeito do assunto, dos seus propósitos e do sigilo adotado, bem como convidá-las a participarem deste estudo.

A primeira visita foi à casa de Najla. Quando cheguei, fui recebido pelo primo e pelo irmão mais novo da adolescente, os quais abriram o portão e me guiaram até a casa de Jaci (avó). Najla e sua família residem em uma colônia, modalidade na qual se situam várias casas em único terreno, sem muita separação entre elas. Ao chegar à terceira casa, Najla e Jaci (avó) estavam na sala, um espaço pequeno, mas com muitos objetos e decorações. Um deles despertou minha atenção, dois quadros com fotos de seus netos vestidos com roupa temática. Em um deles, estavam Najla e sua irmã mais velha, uma do lado da outra, ambas com vestido e chapéu da mesma cor. No outro, seus dois irmãos mais novos, os dois vestidos com colete social, sorrindo.

Com receptividade, Jaci (avó), que fazia crochê, convidou-me a sentar no sofá. Por um momento, vi outra pessoa sentada em minha frente, mas não consegui identificar quem era, porque estava cabisbaixa, com o cabelo na frente do rosto. Ao cumprimentá-la, perguntei se ela era Najla, e ela respondeu sutilmente confirmando. Em certo momento, o irmão de Najla busca Diana (filha), que chorava no quarto. Depois de colocá-la no colo, ele me contou que aquela bebê de olhos vultosos, extremamente azuis e expressivos, era sua sobrinha, filha de Najla.

Aos poucos, à medida que explicava a eles sobre a pesquisa, de certa forma, senti um desconforto. Jaci (avó) tirou algumas dúvidas. Apesar de Najla também ter feito alguns

questionamentos, ela ficou em silêncio boa parte do tempo. Quase não trocou olhares com ninguém que estava ali. Curiosamente, o irmão de Najla também mostrou interesse em saber a respeito do estudo, fez vários questionamentos. Apesar da sua tenra idade, senti que, pelo menos naquele breve momento, ele demonstrou-se uma figura de presença ali, com postura de responsabilidade, mas também de certa influência, dominância talvez. Senti-me intrigado, de alguma forma. Percebi que gradualmente foram se habituando à minha presença. Depois de sanadas as dúvidas, aceitaram participar do estudo. Najla e Jaci (avó) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Responsável Legal por menor de 18 anos e o Termo de Assentimento para o Menor entre 12 e 18 anos incompletos. Todos os termos foram devidamente explicados a elas. Despedi-me delas, e novamente o irmão de Najla acompanhou-me ao portão. Saí de lá um pouco angustiado, com uma sensação de estranheza.

De modo geral, apreendi que a visita à casa de Melissa foi menos desconfortante. Logo que cheguei, Melissa recebeu-me. Apresentamo-nos e ela convidou-me a sentar numa cadeira na varanda. Poucos minutos depois, seu avô, que segurava Luiz (filho), cumprimentou-me e começamos a conversar. De forma bastante espontânea, ficou contando do neto e percebi que ele se sentiu livre para poder falar de vários assuntos. Pouco depois, Nuno (pai) também foi até mim. Melissa, com um jeito tímido, juntou-se a nós. Expliquei o motivo da visita, esclareci cautelosamente e de forma clara as informações a respeito da pesquisa. Sem muitos questionamentos, logo aceitaram. Ao apresentar os termos (os mesmos que Najla e sua responsável assinaram), levaram-me até a sala.

A casa de Melissa e sua família é humilde. Na sala, havia dois sofás desgastados e um rack, sem praticamente nenhum objeto em cima. Desconcertado, o avô da adolescente começou a varrer brevemente a sala, tirando alguns ciscos. Ao sentar no sofá, percebi que na sala da adolescente tinha um quadro dela, coincidentemente, idêntico ao que estava na sala da casa de Najla. Melissa estava vestida com a mesma roupa que Najla e sua irmã estavam na foto. Era o mesmo vestido, o mesmo chapéu. Fiquei incrédulo por alguns segundos.

Sem comentar nada a respeito, enquanto assinavam os termos, uma visita chega, e Nuno (pai) sai para recebê-la. Apesar de a pessoa que chegou não ter entrado, durante um tempo razoável ele ficou fora da casa conversando com ela. Pude perceber que eram próximos. Fiquei pensando se talvez não fosse sua companheira, madrasta de Melissa. Enquanto isso, fiquei na sala com Melissa, conversamos a respeito de como estava sendo para ela e para Luiz (filho) estarem vivendo a pandemia. Melissa mostrou-se à vontade e gentilmente ficou conversando comigo. Depois de um tempo, Nuno (pai) voltou. Finalizaram

as assinaturas dos termos. Eu me despeço, e enquanto aguardo para ir embora, ficam conversando comigo. Saio de lá me sentindo tranquilo.

3 Apresentação dos casos

Apresentar-se-á aqui a história de duas adolescentes, vítimas de violência sexual intrafamiliar, que ficaram grávidas em decorrência dessa e que, por diversos atravessamentos que vivenciaram, mantiveram a gravidez, mesmo que pudessem optar legalmente pela sua interrupção. Buscou-se, a princípio, a partir da leitura dos prontuários de atendimento e da observação realizada na casa de tais adolescentes, construir uma narrativa sobre a passagem dessas jovens e de suas famílias pelo Nuavidas.

Neste ambulatório, o registro dos prontuários reflete a composição interdisciplinar da equipe, visto que são preenchidos pelos diferentes profissionais responsáveis pelo acolhimento das adolescentes. Nesse sentido, os registros podem ter sido escritos por médicas ginecologistas, psicólogos (as), assistentes sociais, enfermeiros (as), internos (as) e residentes de medicina, além de estudantes de psicologia. Preferiu-se, em alguns momentos, a partir do relato dos prontuários, manter a fala dos profissionais que acompanharam as adolescentes (em aspas), de forma a preservar com maior autenticidade o conteúdo dos registros.

O período de análise dos prontuários das adolescentes iniciou-se no momento em que elas acessaram o pronto-socorro do hospital até a última data do atendimento no Nuavidas. O histórico dos registros de atendimento de Melissa durou 1 ano e 7 meses e, o de Najla, 1 ano e 3 meses.

3.1 Encontro com o serviço: o descortinamento da violência

No final de julho de 2018, Melissa chega ao pronto-socorro com a sua avó paterna, elas vieram encaminhadas do UAI-Pampulha. Um mês antes, a jovem começou a perceber aumento do volume abdominal e seus familiares também observaram mudanças no corpo da menina e episódios de enjoo. Depois de confirmada a gravidez, identifica-se que Melissa chega ao Nuavidas com aproximadamente 19 semanas de idade gestacional.

No dia anterior à chegada a esse serviço multiprofissional de saúde, Melissa contou à prima que tinha sido violentada; essa, por sua vez, contou a sua mãe (tia de Melissa), que orientou a procura de auxílio médico. Durante os últimos três meses, a adolescente foi violentada sexualmente várias vezes por seu irmão, filho de sua madrasta, o qual residia com ela. Ivo (irmão-agressor) possui 39 anos, e a violentava sob efeito de álcool ou outras drogas,

quando o pai de Melissa trabalhava no período noturno. Antes desse acontecimento, Melissa não tivera outras experiências sexuais.

Najla chega ao hospital no início de fevereiro, 2019, à noite. Ela procura o pronto-socorro, acompanhada de sua mãe, Cecília, com queixas de dor abdominal intensa. Após exames, é constatado que Najla estava grávida, com cerca de 20,5 semanas.

Momentos após a descoberta da gravidez, em acolhimento, Najla revela que, desde os dez anos, é vítima de violência sexual cometida pelo seu pai. Segundo ela, além desses abusos, nunca vivenciou outras experiências sexuais. Najla relata que seu pai também violentava - até com mais frequência - desde os dez, assim como ela, a sua irmã mais velha, que hoje possui 16 anos. Olavo (pai-agressor) violava Najla com penetração vaginal, cobrindo seu rosto com um cobertor. Geralmente, os episódios de abusos ocorriam de uma a duas vezes por semana, em horários nos quais a mãe não estava em casa.

3.2 Os familiares e o desvelar gestacional

Melissa e a família ficaram receosos em contar o acontecimento para o pai. Há histórico de agressividade dele consigo mesmo. Porém, ainda assim, solicitam a presença do pai ao hospital para contarem o acontecido. Ao saber, o pai fica surpreso e incrédulo, porque disse que confiava no enteado-agressor. O genitor da adolescente “mostra-se mais preocupado e interessado com a punição do agressor, por vezes, perdendo o foco quanto ao cuidado da saúde física e emocional da filha” (relato da psicóloga). Porém, logo depois o pai faz questionamentos a respeito da saúde da menina, mas também dos riscos de ela conseguir seguir com a gestação; o pai da jovem pondera sobre suas crenças religiosas.²

No caso de Najla, antes de buscar amparo no hospital, três dias antes, ela e sua mãe foram em uma consulta médica na sua cidade de origem. Os exames revelaram que ela estava grávida, porém a menina desacreditou nos apontamentos do exame, e reafirmou vigorosamente à mãe que não tivera tido experiências sexuais, que aqueles barulhos que sentia em sua barriga eram frequentes, e que não significavam indício de gestação.

Cecília (mãe), mesmo tendo conhecimento dos resultados dos exames, em um estado de negação, acredita na possibilidade de erro do exame e confia em Najla, e em sua palavra. Entre esta primeira consulta até a ida ao HC-UFU, após a menina concluir que estava grávida, Najla passa a ingerir doses de chá de boldo, como forma de induzir um aborto. Olavo (pai-agressor), ciente das consequências da violência, além de ter incentivado a ingestão desse

² Pelos prontuários, não é possível compreender se as ponderações que Nuno (pai) faz a respeito de suas crenças religiosas são contra a interrupção da gravidez de Melissa. Todavia, o desenrolar da situação parece apontar que sim.

líquido, ofereceu à filha uma outra via de indução do aborto, o qual ele denominou de “um chá de perdido”; um chá de uma outra erva desconhecida, o que gerou as dores abdominais intensas em Najla a ponto de ele orientar Cecília (mãe) a acompanhar a menina ao hospital.

Surpresa, e chorando, Cecília enuncia que “a relação entre pai e filha era normal, e que não suspeitava do que acontecia” (relato da médica ginecologista). Cecília chega a pensar na possibilidade de Najla ter tido experiências sexuais com outros homens, já que a jovem namora um outro rapaz de 16 anos há quatro meses, mas logo afirma que realmente essa possibilidade é descartada, visto que a menina nunca ficou sozinha com ele. Nenhum dos irmãos de Najla sabia do que acontecia, a não ser a irmã mais velha de Najla - que mesmo sabendo que o pai também violentava a adolescente em questão, como a violava, nunca conversou com Najla a respeito disso³.

Cecília (mãe), em um estado de desorganização, acredita que seu marido não saiba da gestação da filha, nem mesmo da confissão de Najla. A mãe hesita em realizar a denúncia, principalmente porque teme pela segurança dos outros três filhos que se encontravam com o marido em casa. Tem medo de voltar para a cidade e sofrer retaliações dele.

Segundo a progenitora, o esposo Olavo (pai-agressor) apresenta ser nervoso, faz tratamento para a depressão e toma medicamentos. Ainda que Olavo (pai-agressor) não faça uso de álcool e outras drogas, em algumas ocasiões, o marido foi impulsivo, proferindo-lhe ameaças.

Alguns dias depois, após o desvelar das violências e das denúncias, Olavo (pai-agressor) se mata em uma ligação de vídeo com Cecília.

3.3 Gravidez de(liberada)

No momento da confirmação da gravidez, Melissa expressa desejo de interromper. No entanto, depois de revelar ao pai sobre a violência que viveu, Melissa demonstra dúvida quanto à interrupção da gravidez. A adolescente apresenta ambivalência sobre continuar ou não a gestação, referindo-se que “mesmo após o abuso, acredita que pode começar a gostar do bebê e esquecer a situação” (relato da psicóloga). Além disso, demonstra sentir culpa, caso decida interromper a gravidez. Por isso, prefere pensar por uns dias para dar a resposta se continuará ou não com a gestação.

Uma semana depois, Melissa retorna ao serviço acompanhada do pai, e prefere continuar com a gravidez, ainda que não acredite estar preparada para ser mãe. No mesmo

³ Pelos prontuários, não fica claro como Najla sabia que sua irmã também era violentada por Olavo (pai-agressor).

atendimento, Melissa “questiona-se se houve estupro, por estar sentindo prazer e vontade de ter relação com o passar do tempo” (relato da médica ginecologista).

Najla, desde a confirmação de sua gestação, demonstra desejo em interromper a gravidez. Além das ingestões das substâncias abortivas, a menina chegou a pesquisar o preço de remédios. Em 5/2/2020, por volta das 13:07, Najla e sua mãe concordam pela interrupção da gravidez. Elas chegam a assinar o termo de responsabilidade, e é solicitado agendamento para o procedimento.

Entretanto, no mesmo dia, quase seis horas depois, Najla apresenta dúvida em relação à interrupção da gestação. Tem questionamentos relacionados ao exame de DNA para comprovação da identidade do pai-agressor. Najla é esclarecida sobre a possibilidade de solicitação da comprovação de DNA somente após o nascimento, além de ser orientada sobre o pré-natal, caso queira continuar com a gravidez, bem como sobre os riscos da interrupção, se quiser abortar, como consta no prontuário: “CD: Esclarecemos sobre autorização já realizada pela Delegacia de Polícia para encaminhamento do material da possível interrupção para IML/BH. Esclarecemos sobre a possibilidade de encaminhar material genético para exame de DNA após o nascimento, se opção pela manutenção da gravidez. Orientações sobre riscos relacionados à interrupção e manutenção da gravidez. Esclarecemos sobre possibilidade de realizar pré-natal com equipe interdisciplinar do NUAVIDAS” (relato da médica ginecologista).

Ao retornar ao serviço no dia seguinte, Najla decide por dar continuidade à gestação. “A mãe e a avó cientes e aprovam a decisão da paciente.” (Relato da médica ginecologista). A mãe apoia a decisão da filha pautada em questões religiosas. No entanto, ainda não acredita que ela tenha sido violentada pelo próprio marido, por não ter percebido antes.

3.4 Melissa e Najla: origens, laços de família e maternidade

Melissa é estudante e possui 14 anos. Antes da violência, morava com a sua madrasta, Nuno (pai), e cinco irmãos (sendo quatro deles filho de sua madrasta e, um, da sua mãe).

Melissa, no período em que sofria violência, pensou em contar ao pai, mas ficou com medo da reação desse, já que ele tem transtorno mental, apresenta quadro depressivo grave e possui diagnóstico de transtorno de personalidade *borderline*. Além disso, Melissa disse que tinha medo da retaliação do agressor. Os relatos indicam que ela “não tem contato com a mãe” (relato da médica ginecologista) ”.

Melissa, um mês antes de descobrir a gravidez, passou a morar com seus avós paternos. Durante o pré-natal, a adolescente se diz conformada com a gravidez, mesmo que

não se sinta preparada para a maternidade. Ainda que não tenha planejado a gravidez, a menina tem desejo de cuidar do seu filho.

No parto, embora Melissa tenha ficado muito ansiosa, conseguiu dar à luz ao filho com nove meses completos, por meio de uma cesárea. Pouco tempo depois do nascimento de Luiz (filho), foi descoberto que ele nasceu com citomegalovírus humano⁴, por isso a criança ficou internada no HC por três meses.

Depois das complicações de saúde do filho, Melissa relata que recebe apoio do seu pai, Nuno, que a auxilia nos cuidados do bebê. Porém, mesmo após a violência ter sido descoberta, o pai de Melissa ainda continua encontrando sua esposa, madrasta da menina. Melissa demonstra preocupação, pois a madrasta gostaria que ela levasse Luiz (filho) para conhecer o pai, Ivo (irmão-agressor). A jovem não quer que isso aconteça, e seu pai, Nuno, parece concordar com a visita de Luiz à casa do agressor. Nuno diz que compreende, mas que pensou em levar o bebê por poucas horas para a companheira dele o ver.

Depois de três meses até a última consulta de Melissa, os conflitos com o pai diminuíram. Quando morava com a madrasta, a jovem relata que sofria maus-tratos por parte daquela e de seu pai. Do momento da visita, já fazia três meses que seu pai não a agredia fisicamente. Ainda que a menina não tenha mais contato com o agressor, Luiz (filho) foi registrado com o nome de Ivo (irmão-agressor). Já seu pai, ainda mantém contato com o enteado, violentador de sua filha. O genitor frequenta a casa da companheira, que é onde Ivo (irmão-agressor) vive.

Melissa “sente que o pai protege mais o agressor do que a si própria” (relato da médica ginecologista). Ivo (irmão-agressor) não está mais ajudando financeiramente com os cuidados de Luiz, apesar de o agressor trabalhar. Melissa compreende que foi violentada, mas sente que não pode fazer nada a respeito, já que não possui apoio do pai para punir seu agressor. Nuno (pai) não quer que Melissa denuncie Ivo (irmão-agressor). A jovem expressa desejo que Ivo (irmão-agressor) pague a pensão para o filho.

Nuno (pai) expressa que não está mais com a companheira, porque tem que ficar cuidando de Melissa, com um tom de acusação e responsabilização da filha por isso. Melissa “conta que o pai a culpa pelos abusos” (fala da médica ginecologista). Conta com tristeza que Nuno (pai) leva Luiz (filho) na casa da madrasta sem a permissão dela. Melissa gasta muito do seu tempo cuidando de Luiz (filho), não há lazer, Melissa não namora, nunca teve uma

⁴ De acordo com Oliveira, Braga, Caputo, Rezende-Filho & Montenegro (2011), citomegalovírus humano é um beta-herpes vírus que pode causar uma infecção durante a gravidez, podendo ser transmitido por meio do contato interpessoal próximo com fluidos corporais infectados, como saliva, sangue, urina e secreções genitais. Essa enfermidade representa a mais frequente infecção correlacionada com deficiência neurológica congênita.

relação consensual. Apresenta poucas atividades sociais, educacionais e profissionalizantes devido aos cuidados que exerce com o filho. Apesar da ajuda de seus avós, sente que ainda tem pouco amparo familiar. Gostaria de poder não apenas exercer os cuidados da maternidade, mas também de realizar outras atividades.

Najla é a segunda filha de Cecília (mãe) e de Olavo (pai-agressor). Juntos o casal possui quatro filhos. A menina e sua família são naturais de uma cidade vizinha, e residem na zona rural do município. Najla é estudante, está no nono ano, tem 14 anos, e é evangélica, da Assembleia de Deus.

Após a descoberta da gestação e da morte de seu pai, Najla passa a morar com a avó paterna, em Uberlândia. Najla “fala que está triste pela morte do pai (mas durante fala sorri), pois não guarda mágoa do pai” (relato da médica ginecologista). A avó de Najla chora pela morte do filho, e Najla diz que tal abuso é genético, pois o pai é fruto de um abuso. Olavo (pai-agressor) é fruto de violência sexual sofrida por sua mãe, Jaci (avó). Ela - a avó - foi violentada pelo pai quando tinha 13 anos, e ficou grávida de Olavo (pai-agressor).

Cecília (mãe) volta para a cidade de origem e continua morando com seu filho mais novo. A irmã mais velha de Najla se casa, e vai morar com o namorado. Na cidade pequena, há boatos do acontecimento, o que causa medo na menina ao pensar em retornar, principalmente, porque muitos acreditam que Najla é culpada pela morte do pai. A menina não se sente dessa forma, mas gostaria de realizar o exame de DNA para comprovar que o filho que espera realmente é de seu pai, sobretudo para mostrar à mãe.

Ainda que Olavo (pai-agressor) não realizasse ameaças a Najla, nem praticasse outras violências à menina, a jovem não revelara as violências que cotidianamente vivia, porque sentia medo de sua mãe não acreditar; por medo das reações dela, dos familiares e das pessoas da cidade.

Najla acredita que possui vínculo com a criança, e que a gravidez não irá trazer prejuízos para sua vida e para seu futuro. Pensa que a criança não tem culpa, por isso não deve interferir o curso da gestação. Najla sentia vontade de ser mãe, mas não com esta idade.

Durante a gestação, Najla teve uma série de complicações e, em uma delas, quase aconteceu um parto prematuro, mas depois de cuidados conseguiu seguir com a gravidez. Em outra, novamente começa a ter um trabalho de parto prematuro, todavia, dessa vez, não foi possível retardar o parto. Najla conhece sua filha, Diana (filha). Apesar de tais complicações, Najla exhibe afetividade e expectativas em relação a ela.

Depois de quatro meses do parto, Najla apresenta bons cuidados com sua bebê. Não está conseguindo amamentar, pois diz não ter leite suficiente. Najla sai da escola para manter

cuidados com a filha. Ao mesmo tempo, cinco meses depois, em um outro encontro com o serviço, Najla apresenta um discurso que parece demonstrar uma certa desafeição por Diana (filha). Cecília (mãe) fica mais próxima da filha e da neta, e passa a visitá-las a cada 15 dias.

4 Análise dos casos e discussão

A partir desta narrativa dos casos, delineada com base nos registros dos prontuários e na observação realizada, interessa rastrear os aspectos inconscientes que permeiam a constituição e a organização do núcleo das famílias que aqui se sucedem. Longe de esgotar as possibilidades interpretativas que possam existir, a análise aqui operada tem por base a relação transferencial estabelecida com o objeto de pesquisa, que, no caso, são, sobretudo os prontuários das adolescentes em foco, e também a observação resultante da visita às casas dessas.

4.1 Os laços parentais e a constituição de arranjos familiares traumáticos

Considera-se válido, a princípio, abordar aspectos singulares dos vínculos familiares de Melissa e de Najla, a fim de explorar e compreender a relação dessas particularidades com a violência sexual intrafamiliar.

Ao discutir as transformações da família em tempos pós-modernos, Passos (2011) ressalta a crescente precariedade no exercício das funções parentais e nas referências simbólicas desta instituição. Tal empobrecimento representacional interfere no amadurecimento psíquico da criança e influencia na constituição de relações intersubjetivas no grupo, as quais definem os lugares de cada membro no seio familiar. Observa-se que essa fragilidade dos laços parentais é um aspecto que se sobressai na dinâmica familiar das adolescentes em foco.

Toma relevo, em vários momentos, que o vínculo que Najla e Melissa com as figuras parentais parece circunscrito por lacunas afetivas que sinalizam vulnerabilidade emocional, além de descontinuidade psíquica e fragmentação relacional. Não se sabe desde quando, mas Melissa não tem contato com a mãe, o que, de certa forma, representa a ausência de uma figura de identificação fundamental. A adolescente vivia na casa de seu pai e de sua madrasta, os quais, como relatado pela adolescente, a violentavam fisicamente, por vezes. Então, aqueles que seriam os responsáveis por cuidar e proteger a adolescente parecem, em alguns momentos, também ensejar circunstâncias de sofrimento, de desamparo e de abandono.

Najla, apesar de conviver com os seus pais, também é atravessada por um laço familiar que assinala hostilidade. Seu próprio pai personaliza-se como sujeito que a deflora

pela violência sexual. Então, há um esvaziamento da parentalidade, na medida em que essa falha em sua função de pai ao não reconhecer Najla como sua filha, deslocando-a para um lugar que ela não deveria ocupar no arranjo familiar.

Entretanto, nota-se que, apesar de nessas famílias existir uma modalidade de funcionamento grupal que parece evidenciar instabilidades e lacunas na sustentação dos laços - haja vista a violência sexual como elemento que se fez presente -, tais grupos conservavam-se, e, no caso de Melissa, mesmo depois da violência sofrida pelo enteado do pai, esse ainda insiste em manter contato com Ivo (irmão-agressor), até mesmo levando Luiz (filho), seu neto, para conviver com ele. Nessa lógica, deduz-se que existe algo na relação desses sujeitos que não é elaborado, que não é consciente, de forma que possibilita a eles continuarem ligados, até mesmo depois da violência sexual.

Esse algo pode ser compreendido a partir da definição de Kaës (2009) sobre alianças inconscientes. Infere-se, então, que o que permitiria a não interrupção desses acordos familiares que geram sofrimento ou desorganização psíquica é o caráter negativo delas, o que é firmado por meio do estabelecimento do pacto denegativo. Nesse contexto, percebe-se que as manutenções dessas alianças inconscientes defensivas podem estar presentes na relação dos componentes das famílias que aqui se discute. No caso de Najla, a circunstância de a adolescente nunca ter conversado com a irmã mais velha a respeito da violência que ambas sofriam, de certa forma, parece denunciar a subsistência de um pacto familiar expresso pelo silêncio.

Parece conceber-se nessas famílias, conforme Kaës (2009), uma coalizão defensiva que induz seus contratantes a recalcarem, desmentirem, recusarem ou rejeitarem algo para que a relação coexista e perpetue-se. Esses acordos expressam-se por alianças de caráter defensivo, que preservam o psiquismo do sujeito, defendendo-o perante a uma realidade intolerável.

Além dessa não comunicação entre Najla e sua irmã, percebe-se que a duração da violência sofrida por elas pode estar ligada a esses conluios familiares que se expressam na forma de convenções, acordos inconscientes. Depreende-se que tanto Najla quanto Melissa tinham dificuldades em relatar sobre a violência que viviam para seus pais, o que parece apontar que tais alianças inconscientes defensivas podem contribuir para a não elaboração do contexto de violência no seio familiar.

Deduz-se, inclusive, que a expressão defensiva desses arranjos também ressoa de forma oposta para esses responsáveis, na medida em que elas atuam no funcionamento

psíquico deles impossibilitando de reconhecerem que seus filhos são vítimas de violência sexual intrafamiliar.

Tais alianças deixam transparecer a complexidade psíquica que permeia o universo dinâmico intersubjetivo dessas famílias, demandando a necessidade de compreensão de outros elementos que o compõem. Com isso, busca-se entender de que forma esses acordos inconscientes, bem como a fragilidade vincular inerente a essas famílias, associam-se aos desejos inomináveis que ensejam a cena do incesto.

4.2 Violência pactuada: silêncio gratificado

Mesmo com os aspectos negativos que parecem envolver os acordos inconscientes nas famílias de Melissa e de Najla, o vínculo entre eles possui certa continuidade. Em virtude disso, deduz-se que, assim como os elementos negativos inerentes ao pacto denegativo, há a existência de aspectos outros que podem sobressair nessas relações como contrapartida à manutenção do laço, ou melhor, outros aspectos psíquicos que permitem caracterizar a não elaboração como fator que preserva a violência sexual intrafamiliar.

Castanho (2015), ao discutir o conceito de alianças inconscientes e sua relação com o trabalho vincular em *Psicanálise*, aponta que esses elementos benéficos ou complementares são ganhos secundários que colaboram para a permanência de formas patológicas de vínculo e do funcionamento do indivíduo, embora possam ser experienciados por eles como prazer ou evitação do desprazer. No caso das famílias de Melissa e de Najla⁵, ainda que não haja uma consciência de tais gratificações, alguns indícios delas parecem escapar da teia dessas ligações familiares.

Observa-se, por exemplo, se o apoio de Nuno (pai) para a continuidade da gravidez de Melissa não seria, de algum modo - sobretudo inconscientemente - uma vantagem secundária para ele, pois o nascimento de um neto - mesmo que concebido a custo da violência cometida pelo enteado à sua filha - poderia ser um elo de estreitamento entre Nuno (pai) e a sua companheira, madrasta de Melissa e mãe de Ivo (irmão-agressor). Luiz (filho), então, representaria indiretamente a união carnal da relação de Nuno (pai) e sua companheira, firmada agora com mais consistência pela ancestralidade que os interligam.

⁵Nesse ponto, vale destacar que esta pesquisa não tem o mínimo interesse de condenar, julgar e até mesmo culpabilizar as atitudes dos sujeitos envolvidos na trama da violência sexual intrafamiliar. Busca-se, porém, delinear as diferentes dimensões implicadas nesses casos, ao entender a complexidade psíquica que circunda essa rede de ligações afetivas.

Nessa perspectiva, supõe-se que a gravidez de Melissa resulta em uma obtenção que certamente não se lograria à mercê de tais alianças - que são inconscientes -, como é fundamentado por Kaës (2009), ao elencar prováveis benefícios secundários:

A continuidade do vínculo e a segurança que se liga a ele, certas realizações pessoais que não podem ser conquistadas fora do vínculo por meio da aliança, como, por exemplo, um investimento narcísico recíproco, uma relação amorosa suficientemente estável, uma proteção contra os perigos (reais ou fantasiados), um gozo que não pode ser adquirido sem o acordo inconsciente do outro (Kaës, 2009, p. 2).

Essas realizações pessoais de Nuno (pai) parecem ficar mais evidentes depois do nascimento de Luiz (filho). Em diversos relatos, Melissa expressa a ocorrência de conflitos com o pai por ele insistir em levar seu filho até a casa da madrasta, onde também reside Ivo (irmão-agressor), sem a sua permissão. Pelos registros do prontuário, a adolescente narra sentir que seu pai protege mais o agressor do que ela mesma, que é a sua filha.⁶ Nuno (pai), em algumas situações, culpa Melissa por não estar encontrando com tanta frequência a companheira, já que precisa auxiliar nos cuidados da menina e de seu neto, tanto que, durante a visita à casa de Melissa, percebeu-se que Nuno (pai) deixou de morar com a companheira para morar com o pai e cuidar de Melissa e Luiz (filho). Ainda assim, Melissa gostaria de denunciar o agressor, deseja que ele pague pensão para Luiz (filho), porém Nuno (pai) não permite que ela faça isso.

Tais circunstâncias, pois, apontam que a culpabilização dela pela violência, o consentimento da impunidade do agressor e o dissentimento da manutenção do contato de Luiz (filho) com Ivo (agressor) parecem ser mais suportáveis para Nuno (pai) do que romper o vínculo com a sua companheira⁷, conseqüentemente, com seu enteado.

Para além disso, observa-se outros elementos presentes no enredo de ambas as famílias. Tanto Melissa quanto Najla, por exemplo, relatam que sentiam medo das reações de seus responsáveis e agressores frente ao desvelar da violência. É comum que, em situações de violência sexual intrafamiliar, as crianças e as adolescentes experienciem distintos sentimentos em que se “misturam medo, raiva, prazer e desamparo” (Araújo, 2002, p. 7).

⁶Apesar de que no desenrolar da trama tenha evidenciado outros posicionamentos que apontam para isso, considera-se que a primeira reação de Nuno(pai), ao saber da violência sexual sofrida por Melissa, revela indignação e raiva perante o acontecido, o que parece demonstrar empatia pelo sofrimento de sua filha.

⁷Acredita-se que também é importante levar em consideração que, pelo que se parece, Nuno (pai) foi quem cuidou de Melissa e seu irmão sozinho. Então, cabe ponderar que talvez Nuno (pai) sentia em sua companheira, madrasta de Melissa, um apoio no cuidado com os filhos. Com isso, romper com ela poderia significar mais uma vez ter que assumir sozinho não apenas os filhos, mas agora o seu neto também.

Melissa justifica que tinha receio de contar ao seu pai devido ao quadro de transtorno mental (transtorno de personalidade *borderline*) dele, e também devido ao medo de retaliação de Ivo (irmão-agressor). Najla imaginava que sua mãe não iria acreditar nela, além de idealizar as manifestações de seus familiares e das pessoas de sua cidade natal com o descortinamento da violência. Desse modo, supõe-se que a evitação desses medos, retaliações e reações - que são desprazeres - certamente era garantida por meio da manutenção do vínculo, o que pode ser compreendido como gratificações secundárias que contrabalanceavam os efeitos catastróficos da violência que sofriam.

Nessa ótica, Faiman (2004) aponta que, na situação de violência sexual intrafamiliar, a coexistência de experiências de gratificação em contrapartida ao aspecto proibido e recriminável sucedem vivências de ambivalência, as quais podem ocasionar fortes sentimentos de culpa. Assim, na tessitura das alianças inconscientes que parecem sustentar os vínculos traumáticos nessas famílias, percebe-se que Melissa e Najla sentiram-se culpadas pelas experiências que viveram. Melissa, inclusive, menciona que acreditava ser culpada pela gravidez, o que poderia ser explicado por esses sentimentos ambíguos que permeiam a cena do incesto.

Cogita-se, por sinal, que esses sentimentos ambivalentes dificultaram que Melissa e Najla revelassem a violência que sofriam. A idealização de que poderiam ser julgadas e culpadas pela desintegração do arranjo familiar, caso a violência fosse desvelada, operava em prol da conservação do silêncio e da não interrupção de tais vivências.

Além do mais, ao compreender que a violência sexual intrafamiliar refere-se ao funcionamento familiar como um todo (Faiman, 2004), e não somente ao par vítima-agressor, infere-se, portanto, que os outros membros desses agrupamentos pactuam entre si acordos inconscientes permeados pelo aspecto negativo e pelos benefícios contrapartidos que retêm os vínculos traumáticos. Ainda em relação a essas gratificações secundárias e situações de ambivalência, elas são percebidas na reação de Cecília (mãe) ao desvelar da gravidez de Najla, e a conseqüente decisão partilhada pela continuidade da gestação da filha.

Os registros de atendimento demonstram que Cecília (mãe), desde o primeiro exame de gravidez feito por Najla em sua cidade natal, não acreditava que essa pudesse estar gestante. Depois da segunda confirmação, com a evidenciação de que Najla era violentada pelo seu marido, esse estado de negação sobressai-se mais acentuadamente. Araújo (2002) justifica as reações maternas que podem surgir nessas situações ao afirmar que a mãe:

Também vive uma situação de muita confusão e ambiguidade diante da suspeita ou constatação de que o marido ou companheiro abusa sexualmente da filha. Frequentemente nega os indícios, denega suas percepções, recusa-se a aceitar a realidade da traição do marido. Vive sentimentos ambivalentes em relação à filha: ao mesmo tempo em que sente raiva e ciúme, sente-se culpada por não protegê-la. Na verdade, ela também é vítima, vítima secundária, da violência familiar. Negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal (Araújo, 2002, p. 7).

Nesse contexto, depreende-se que, naquela situação, para Cecília (mãe), foi penoso suportar a revelação da violência e vivenciar esses sentimentos ambíguos em relação à filha, ao marido e a si mesma. Cecília (mãe) chegou a interrogar Najla se a gestação era mesmo fruto da suposta violência cometida por Olavo (pai-agressor), o que, de certa forma, configura-se como descrédito e descaracterização da situação de sofrimento vivenciada pelas filhas durante anos.

Nota-se que o estado de negação de Cecília (mãe) parece ter sido tão intenso a ponto de Najla questionar aos profissionais de saúde a respeito dos procedimentos necessários para a realização do teste de DNA e a comprovação da defloração cometida por Olavo (pai-agressor). Ainda que se entenda a diversidade de sentimentos que envolvem tal circunstância, parece que tal situação pode ter colaborado para que Najla desse continuidade à gravidez.

Apesar de Najla expressar desejos de não manter a gestação ao saber dos seus direitos de interrupção legal no início do atendimento, quando ciente de que seria necessário dar continuidade à gestação para depois conseguir realizar o exame que comprovaria a paternidade de Olavo (pai-agressor), Najla e Cecília (mãe) demonstram mudança de opinião em relação à continuidade da gestação.

Duas considerações merecem destaque. Primeiro, a partir da análise dos conluios inconscientes que são possíveis de serem acordados entre os membros familiares, concebe-se que talvez a manutenção da gestação de Najla - apesar de todas as complexas dimensões que a maternidade na adolescência engloba - esteja associada às gratificações secundárias inconscientes ou compensações exigidas para a preservação do vínculo que também parece operar entre mãe e filha.

Essa vantagem secundária para Najla seria a de ratificar não apenas seu discurso, mas também a validação da violência, não sendo, desse modo, culpada por todo o sofrimento da mãe e das outras consequências que o desvelar ainda poderiam desencadear. No caso de Cecília (mãe), a continuidade da gravidez de Najla poderia ser uma possibilidade de realização do exame de DNA, e a (in)suportável confirmação do incesto de Olavo (pai-

agressor) e Najla, o que significaria o fim de sua desilusão e negação, presentes naquele momento.

A segunda consideração concerne às estratégias de enfrentamento possíveis de serem utilizadas pela equipe interdisciplinar que atendeu Najla, Cecília (mãe) e Jaci (avó), nessa ocasião. Acredita-se ser pertinente indagar se talvez a possibilidade de uma abordagem clínica de promoção do cuidado e da proteção da adolescente mais delongada e criteriosa poderia ter sido oferecida à família de Najla, já que, segundo Machado, Fernandes, Osis e Makuch (2015), em muitos casos, o aborto é uma circunstância complexa, ambivalente e que exige elaboração emocional.

Essa ponderação abre a cena da gravidez para pensar, entre outras possibilidades, se ao salientar os aspectos da interrupção legal da gestação - em detrimento da continuidade dessa com vistas à comprovação da paternidade de Olavo (pai-agressor) - poderiam, de certo modo, inspirar a família à reflexão sobre a manutenção da gravidez. Isso é ratificado por Farias e Cavalcanti (2012) ao destacarem que as vítimas de violência sexual devem ser bem informadas sobre os seus direitos, a fim de que possam realizar escolhas conscientes no que concerne à decisão que irão tomar frente à gestação decorrente da violência sexual.

Ao compreender as múltiplas dificuldades que a maternidade impõe à vida de adolescentes, bem como o direito de Najla realizar o abortamento legal, acredita-se que a decisão pela gestação poderia ter um espaço mais abrangente para ser elaborada, em um período de tempo maior, para que a gravidez pudesse ser acessada, refletida e trabalhada pela equipe psicossocial com a família.⁸ Para Machado et al. (2015), inclusive, a atitude dos profissionais de saúde no cuidado é essencial para que a vivência da interrupção legal seja menos sofrida para as vítimas.

A despeito dessa última ponderação que trata dos diferentes personagens implicados no enredo da violência sexual intrafamiliar, o que engloba não apenas os membros dessa família, busca-se investigar outros elementos inconscientes que atravessam a vivência de tais arranjos coletivos, em especial a dinâmica incestuosa familiar que parece operar no contorno de relações transgressivas desmascaradas pelas gestações de Melissa e de Najla.

⁸Cabe ponderar que a utilização dessa estratégia de cuidado apenas poderia ser possível em uma realidade diferente da maioria dos serviços públicos de saúde do Brasil. Na circunstância desse ambulatório, a alta demanda de casos, a extensa lista de espera de pacientes para serem atendidas, a falta de profissionais, a carência de verbas e as resistências ideológicas e institucionais - que por vezes tentaram deslegitimar a existência de um ambulatório direcionado à violência sexual e à interrupção legal - são alguns dos desafios que obstaculizam a oferta desse tipo de cuidado. Por isso, a consideração que é tecida não se direciona especificamente à equipe do Nuavidas, mas à gestão de saúde pública brasileira que, de uma forma ou de outra, dificultam a implementação com mais frequência dessas outras possibilidades de cuidado nesses serviços.

4.3 Gravidez transgredida: famílias amalgamadas

O esquadramento desses acordos inconscientes e traumáticos que se supõe permear o arranjo familiar de Melissa e Najla apenas parece possível de ser feito devido ao desvelar da violência sexual intrafamiliar por meio da revelação da gestação. Isso porque tanto a família de Melissa quanto de Najla aparentavam perceber, pelas mudanças corporais e comportamentais de tais adolescentes, que algo estaria acontecendo. Com a visita ao HC-UFU, a descoberta da gravidez confirmou essas suspeitas.

Para além dessas dúvidas, a gestação nessa ocasião denunciou a existência de relações incestuosas, as quais, pelo tabu que as cercam, somente poderiam vir à tona com a implosão de algo que não se esperava, mas que escapuliu, redundou-se. Delatou-se, pois, a violação do tabu do incesto.

A gravidez de Melissa e de Najla parece evidenciar a transposição dessa barreira simbólica da cultura, pois torna desnudo aquilo que anteriormente pertencia à ordem do inominável. Como resultado, “a violação de um tabu transforma o próprio transgressor em um tabu” (Freud, 1913/1973, p. 20). No entanto, como o vínculo incestuoso é entendido como um sintoma familiar (Gobetti, 2000), esses agrupamentos possuem uma dinâmica incestuosa da qual todos fazem parte, mesmo que tenham formas de atuar diferentes.

Ao passo que a gravidez de Melissa e Najla anuncia a existência dessas relações incestuosas entre os componentes dessa família, depreende-se a falta de um aspecto organizador mental e social. Isso pode ser verificado, porque, de acordo com Gobetti (2000), a interdição do incesto viabiliza aos sujeitos o acesso ao mundo simbólico, bem como à capacidade de reconhecer limites e regras.

Como parece não ter havido a instituição da proibição do incesto no âmbito familiar de Melissa e de Najla, pressupõe-se a operação de pulsões sexuais que parecem não encontrar descarga senão pela via da atuação, pela via da violência sexual intrafamiliar. A dificuldade em estabelecer limites às pulsões sexuais evidentemente prejudica o desenvolvimento e funcionamento dessas famílias por impossibilitar a diferenciação de papéis - posição que cada membro ocupa no arranjo familiar.

Pinheiro (2015) corrobora isso, ao afirmar que:

É a repressão dos desejos incestuosos que possibilitará o reconhecimento das funções do pai e da mãe, fundamentais para o desenvolvimento da identidade familiar e social, e é essa repressão que vai mostrar para o sujeito que existem limites para a realização de seus desejos, para sua conduta e que vai balizar o reconhecimento de si próprio (Pinheiro, 2015, p. 21).

Posto isso, reconhece-se que a irrupção da gravidez de Melissa e de Najla representa uma falha na limitação dos desejos incestuosos familiares e em uma dificuldade de simbolização das funções maternas e paternas como tais. Pelos relatos dos prontuários, é possível perceber a contínua inversão e ausência de papéis entre os membros dessas famílias.

Observa-se que parece não haver uma referência estável de cuidados em relação à Melissa. Pelo que é narrado nos prontuários, antes mesmo de sua gravidez ser desvelada, a garota parecia alternar eventualmente onde residia. Em certas condições, Melissa morava com Nuno. Em outras, ela e seu irmão passaram a morar com seus avós paternos, os quais ficavam responsáveis pelos cuidados deles.

Na primeira condição, por exemplo, não há relato de como a família se organizava quando Nuno (pai) ia trabalhar, que é quando Melissa era violentada por Ivo (irmão-agressor). Esse não dito representado pela ausência de informações do relato parece também aludir a ausência de uma função de proteção, capaz de impedir, limitar, a atuação de desejos incestuosos, o que supõe corroborar para que Melissa fosse violentada por Ivo (irmão-agressor).

Se frequentemente não há simbolização precária de papéis, pela dificuldade de assumi-los, entende-se que não há uma clara distinção entre os membros sobre qual função ocupar, logo, vez ou outra, essa posição pode ser assumida por qualquer um dos integrantes que desse grupo fazem parte. Interpela-se, nessa circunstância, quem seria o ocupante do papel de proteção de Melissa quando Nuno (pai) saía para trabalhar. Nessa lógica, não parece ser estranho supor que seja Ivo (irmão-agressor) quem tenha ocupado esse lugar, já que ele compõe essa família e nela ocupa uma função.

Para além dessa indagação, em diversas situações, os conflitos de Melissa com Nuno (pai) pareciam ser motivos para que a adolescente passasse a ser cuidada por outros membros da família, o que reforça essa dificuldade de Nuno (pai) em assumir uma função essencial para a coesão e cristalização desse grupo familiar. Os relatos de violência física perpetrados por Nuno (pai) a Melissa, até mesmo depois do nascimento de Luiz (filho), aparentam revelar uma relação hostil entre pai e filha, o que por sinal assemelha-se ao caráter ameaçador e fragmentador presente em famílias com dinâmicas incestuosas, como aponta Pinheiro (2015).

Os relatos indicam que Melissa não possui contato frequente com sua mãe. Questiona-se, nessa rede de funções que não se mostra ser tão clara na família de Melissa, quem é que ocupa esse cuidado materno para a adolescente. Ao se pensar sobre a identificação dessa função de mãe na vida de Melissa, recorda-se o que propõe Winnicott (1965/2011) a respeito do lugar materno para as primeiras vivências humanas. Para esse autor, a figura materna é

aquela quem cuida, quem ampara, por meio do que ele determinou como “*holding*” (sustentação), o que confere a noção de existência e integração à criança.

Embora não tenha sido relatado com mais detalhes a respeito da relação de Melissa com sua mãe, e ainda que não tenha sido ela quem tenha cumprido esse papel, deduz-se que, pela notável fragilidade de cuidado em relação à Melissa, há uma falha em assumir essa função de proteção e suporte nessa família, haja vista a atuação do incesto.

No caso de Najla, a inversão de funções entre os membros dessa família faz-se ainda mais evidente. Isso pode ser expresso principalmente pela própria história familiar de Olavo (pai-agressor), que é fruto de uma relação incestuosa entre sua mãe, Jaci (avó), e o pai dela. Jaci (avó) também ficou grávida de Olavo (pai-agressor) com a mesma idade em que Najla ficou desse. Depreende-se, a partir disso, que a transposição do tabu do incesto nessa família é um fator ancestral marcante entre seus componentes.

Olavo (pai-agressor), ao mesmo tempo em que é filho de Jaci (avó), também é seu meio-irmão, o que demonstra uma confusão de papéis familiares, na medida em que há um impedimento de diferenciar-se. Tanto Olavo (pai) e Jaci (avó) ocupam eternamente duas posições ambíguas e indissociáveis. A presença dessas relações incestuosas descortina um enredo familiar permeado pela dificuldade de simbolização dos lugares que cada um ocupa nesse arranjo grupal.

Ainda nessa teia relacional emaranhada, com a instituição do ato incestuoso cometido por Olavo (pai-agressor), Najla deixa de ocupar a posição de filha para ser sua companheira, a qual ele violenta. Complementarmente, Olavo (pai-agressor) passa a ocupar não mais a função de pai, mas a de um companheiro, que a deflora. Najla, ao mesmo tempo em que é neta de Jaci (avó) também é sua sobrinha, já que Olavo (pai-agressor) também é irmão de Jaci (avó). Na mesma lógica, Diana (filha) é, simultaneamente, filha e irmã de Najla, filha e neta de Olavo (pai-agressor), neta e bisneta de Jaci (avó).

Configuração semelhante parece ser compreendida para os outros integrantes desse conjunto familiar. Isso pôde ser observado durante a visita até a casa de Najla, pela forma como o irmão mais novo da adolescente colocou-se diante de Diana (filha) durante a visita à casa dela. A criança é reconhecida e apresentada por ele como sua sobrinha, e não como sua meia-irmã, o que, contratransferencialmente dizendo, pareceu demonstrar uma dificuldade de reconhecimento de cada um, o lugar que ocupam nessa disposição familiar.

A partir da desorganização desses papéis, apreende-se que, assim como o avô-bisavô da adolescente, Olavo (pai-agressor) não cumpre, do ponto de vista psicanalítico, a função paterna para Najla, ou a desempenha de um lugar peculiar. Segundo Lacan (1938/2002), a

função paterna é aquela à qual ocupa um papel determinante na relação da mãe com a criança, visto que detém um poder normativo e organizador de transmitir ao sujeito a cultura, a ética e a humanidade, ao instaurar a repressão dos instintos e a estruturação das leis familiares. Concebe-se que, entre essas leis, a da proibição do incesto também está inclusa.

Nesse sentido, pressupõe-se que Olavo (pai-agressor) inverte a função paterna, pois, ao invés de instaurar a lei de interdição do incesto, ele a materializa. A figura que simbolizaria a renúncia aos desejos incestuosos pelo estabelecimento de limites a eles, contrariamente, subverte essa lógica, ao atuá-los. Com efeito, identifica-se a existência de relações familiares desumanizadas, pois para que “o indivíduo se estruture como tal, é imprescindível que esta pulsão seja reprimida e sublimada, para que o ser, biológico, se humanize psicossocialmente” (Cohen, 1993).

Logo, prefigura-se que a gravidez de Melissa e de Najla evidencia um funcionamento familiar com características semelhantes, que parecem se repetir, ainda que de formas distintas e, possivelmente, em diferentes gerações. Nesse sentido, concorda-se com Prado e Pereira (2008) ao lembrar que nessas famílias:

Os processos de separação e individuação encontram-se dificultados, favorecendo que a diferença entre os seres, entre os sexos e entre as gerações não se estabeleça adequadamente. O incesto se apresenta, então, como uma defesa extrema e derradeira contra a separação, sendo que a família, por sua própria dinâmica, induz ou estimula inconscientemente as situações incestuosas (Prado & Pereira, 2008, p. 282).

Ao testemunhar que o incesto mantém o estabelecimento de vínculos entre os próprios membros da família, infere-se que ele seja um obstáculo aos seus envolvidos no estabelecimento de vínculos afetivos e sexuais com outros sujeitos, senão os da mesma família. A indiferenciação simbólica dos papéis e o não estabelecimento de limites às pulsões sexuais dificulta o reconhecimento de si (Pinheiro, 2015).

Portanto, supõe-se que nessas famílias há uma dinâmica de objeção à divisão, a qual parece ser preservada por meio de diversos aspectos subjetivos. Esses elementos psíquicos inconscientes parecem fazer parte da dinâmica dessas famílias, assim, faz-se necessário compreender a relação desses aspectos subjetivos com o processo de transmissão psíquica ao longo das gerações.

4.4 Heranças transgeracionais: gestações inventariadas

Ainda que com características semelhantes, mas não iguais, apreende-se que nas famílias de Melissa e de Najla parece haver uma dinâmica grupal que concebe a conjuntura

oportuna para a ocorrência da violência sexual intrafamiliar. Alguns aspectos psíquicos puderam ser reconhecidos a partir da investigação dos prontuários de atendimento e da observação que se realizou dessas adolescentes.

Embora a complexidade de tais relações comporte vários aspectos intra e intersíquicos nas famílias de Melissa e de Najla, alguns desses elementos investigados sobressaíram-se. Percebe-se que a constituição de alianças inconscientes e traumáticas - permeadas sobretudo pelo seu aspecto negativo -, bem como a atuação de desejos incestuosos - pela simbolização precária desses - e a marcante inversão de papéis familiares são alguns dos elementos salientados que parecem compor e caracterizar o funcionamento dinâmico nesses grupos. Se esses elementos que se afiguram ser predominantes em tal dinâmica, supõem-se que, entre outros aspectos, eles fazem parte da organização dessas famílias, conseqüentemente podem ser transmitidos inconscientemente de maneira sucessiva entre gerações.

De acordo com as características desses elementos que supostamente preservam-se como legados para outras linhagens, infere-se que o que pode ter sido herdado opera destacadamente como objetos transgeracionais. Isso porque a transmissão psíquica transgeracional induz à denegação, à clivagem e à repetição, visto que se opera na inscrição de uma presença ausente, na medida em que não houve como elaborar ou simbolizar aquilo que pertence ao sujeito e aquilo que se herdou de seus ascendentes, isto é, estabelecer diferenças entre as gerações (Garcia & Penna, 2010).

Nessa lógica, quando a transmissão de conteúdos e experiências entre gerações sofre entraves, uma quantidade significativa de material traumático não elaborado, ou melhor, não simbolizado, é transmitida em seu estado bruto para a próxima linhagem (Garcia & Penna, 2010). Mesmo que não se possa afirmar que tais elementos psíquicos foram determinantes para a violência ter acontecido nessas famílias analisadas, pressupõe-se que esses conteúdos, por meio da herança transgeracional, podem ter sido herdados entre as diferentes linhagens das famílias de Melissa e de Najla.

Pode-se pensar que tais legados são atestados com mais evidência pela ocorrência da gravidez das adolescentes. De forma símile, no Direito, o inventário é a construção doutrinária - de forma prática, o documento - que ratifica a transmissão de tais bens aos correspondentes herdeiros. Assim, pode-se considerar que essas gestações simbolizam a prova viva da existência desses patrimônios, sendo elas entendidas como um inventário gravídico ou como gestações inventariadas.

Como a herança transgeracional é compreendida por materiais que não foram simbolizados e que, por isso, são transmitidos em estado bruto para a próxima geração, verifica-se que a elaboração precária de desejos incestuosos possa ser reconhecida como legado transgeracional que se propagou entre as gerações de tais agrupamentos.

Segundo Cromberg (2001), há casos de famílias com dinâmicas incestuosas em que a violência é recorrente entre as gerações. É o que parece ser possível de se afirmar em relação à família de Najla. Jaci (avó) foi violentada sexualmente por seu pai, sendo Olavo (pai-agressor) o fruto desse episódio. De forma semelhante, Najla também foi violentada por seu pai, ficando grávida dele. Diante disso, observa-se que a ocorrência por si só da gestação de Jaci (avó) não foi uma experiência suficiente para intervir que o mesmo acontecesse novamente em outras gerações descendentes, haja vista a gestação de Najla.

Interpela-se, então, que essa vivência traumática pode ter sido oportunizada pela não metabolização de desejos incestuosos herdados transgeracionalmente ao longo da cadeia de transmissão nessa família. Em outras palavras, a transmissão de tais elementos não metabolizados pode ter contribuído para que a violência sexual intrafamiliar tenha se repetido na história da família de Najla. A menina, inclusive, chega a afirmar que o incesto parecia ser genético em sua família, o que reforça a ideia de uma herança que é transmitida entre eles.

Bertin e Passos (2003) afirmam que, na cadeia de transmissão geracional, que supõe distintos elementos para sua formação, pode-se organizar conteúdos dissimulados, negados por outras linhagens, ou por segredos e violências vividas e não elaboradas. Presume-se que a negação da vivência traumática de Jaci (avó), sobretudo pela não elaboração dela, pode ter colaborado para que essa se tornasse uma herança transgeracional propagada fortuitamente para Olavo (pai-agressor).

Desperta-me inquietações a respeito da dificuldade de romper esse silêncio ao analisar o desconforto que senti na casa de Najla durante a visita realizada. Tanto o mal-estar de Jaci (avó), os questionamentos do irmão mais novo de Najla a respeito dos motivos da minha ida até lá, quanto a expressão corporal de Najla (cabisbaixa, tímida e com poucas palavras), aparentavam-me demonstrar, talvez o mais próximo que pude sentir, o incômodo que é falar de algo que é oculto; como se eu estivesse ali no papel de operar aquilo que não foi possível, que é a metabolização desse conteúdo, o qual parece não ter espaço para ser reconhecido, discutido, lembrado, e que, com isso, acredito dar margem para obstruir-se, transpondo barreiras geracionais.

Isso pode ser apoiado, pois, de acordo com Faimberg (2005), na transmissão psíquica transgeracional, o espaço de constituição da subjetividade própria do sujeito encontra-se

aprisionado pelo discurso e pela vivência da geração anterior, visto que ele é bloqueado por tais experiências. A apropriação e intrusão desses conteúdos ocupam o espaço psíquico do sujeito, alienando-o na subjetividade do outro. Conforme Garcia e Penna (2010), a vivência traumática não simbolizada “fica enquisitada, encriptada no mundo do sujeito, paralisando-o e condenando-o [...] à repetição” (p. 77).

Pode-se considerar que a repetição da violência sexual intrafamiliar cometida por Olavo (pai-agressor) contra Najla figurou-se como um legado transgeracional que marcou sua história. Pensando a herança como algo que é deixado para seus descendentes, e sendo Diana (filha-neta) uma possibilidade de que a cadeia de transmissão de heranças preserve-se - já que a existência de um descendente, um novo depositário, pressupõe a transmissão de heranças dessa família para tal -, pode-se ratificar que a gestação de Najla dá continuidade a essa herança transgeracional, que não foi elaborada por essa família, mas sim atuada, repetida. O mesmo, possivelmente, aconteceu com a gravidez de Jaci (avó), decorrente da violência que ela vivenciou.

Logo, se na transmissão das histórias familiares buscam-se cumprir legados desse grupo, e sendo a violência sexual intrafamiliar um dos legados transgeracionais na família de Najla, pode-se pensar que, metaforicamente dizendo, o trágico suicídio de Olavo (pai-agressor), de certo modo, significou o cumprimento da transmissão dessa herança.

Se a efetivação dessa transmissão ancestral cumpriu-se com o nascimento de Diana (filha) e o falecimento de Olavo (pai-agressor), intriga-me quais são as possibilidades dessa experiência fazer-se reincidente em gerações futuras nessa família. A precarização do reconhecimento da repetição da violência sofrida por Najla - demarcada pela ordem do oculto, do desmentido - percebida durante a visita e a inversão de papéis ocupados por Najla e seu irmão são algumas das passagens que me geram essa indagação.

No que concerne à Melissa, os relatos dos prontuários não sinalizam que a violência sexual intrafamiliar tenha ocorrido anteriormente na história de sua família. Não obstante, parece haver, no cerne da dinâmica familiar de Melissa e de Najla, heranças transgeracionais que apontam a ocorrência do fenômeno da violência sexual intrafamiliar. Como tais elementos psíquicos rompem fronteiras sem serem elaborados, supõe-se que talvez, embora não se tenha relatos que o confirmem, esse fenômeno possa fazer parte da ancestralidade de tal grupo.

Mais do que isso, a exemplo da história familiar de Najla, a ocorrência da gravidez em gerações anteriores não foi suficiente para que ela não acontecesse novamente. Diante disso, pode-se supor que a manutenção da gravidez fruto dessa violência parece ser uma via de

transmissão de tais legados subjetivos. Isso sugere que talvez a violência sexual intrafamiliar possa reincidir nessas histórias familiares.

Além disso, como observado neste estudo, a dinâmica familiar de Najla e de Melissa parece constituir-se de alianças traumáticas entre os membros desses agrupamentos, o que inclui o aspecto negativo e defensivo do pacto denegativo. Segundo Garcia e Penna (2010), a face defensiva do pacto denegativo está ligada com apagamentos, rejeições, recalcamientos, isto é, uma soma de aspectos não elaborados, não transformados que se preservam por meio de zonas taciturnas, criptas, as quais deixam o sujeito alheio a sua história singular. Os pactos denegativos e as alianças inconscientes amparam o destino do recalcamiento e da repetição e estão relacionados à transmissão psíquica transgeracional.

Para eles, tais elementos “são formas de funcionamento psíquico nas quais o negativo se faz presente em todas as suas nuances, especialmente através dos efeitos deletérios que as alianças inconscientes provocam na capacidade de pensar” (Garcia & Penna, 2010, p. 75). Assim, presume-se que tais aspectos não metabolizáveis preservam-se entre as gerações dessas famílias.

Em relação à disposição de papéis que cada membro ocupa no interior da dinâmica vincular das famílias de Melissa e de Najla, como referido, há uma dificuldade em assumir tais funções, haja vista não apenas a frequente inversão de papéis entre eles, mas também a ausência de referências estruturantes, isto é, figuras de representações responsáveis pela instituição da lei de proibição do incesto. Essa dificuldade de simbolização das funções sociais de seus membros, como observado neste estudo, marca, de acordo com Pinheiro (2015), a organização de famílias com dinâmicas incestuosas.

Logo, essa simbolização precária de tais papéis parece se configurar por uma presença ausente, uma lacuna esvaziada de sentido. Ainda que possam existir na vida de Melissa e de Najla figuras que eventualmente pareçam significar referências funcionais, em muitas circunstâncias, o que se evidencia é a ausência de sentido representacional dessas figuras no psiquismo de tais adolescentes. Como o processo de transmissão psíquica, de acordo com Eiguier et al. (1998), auxilia na disposição do lugar de cada membro na família, e se esse é prejudicado pela dificuldade em simbolizar papéis, pode-se compreender que tais conteúdos, como presenças ausentes, talvez façam parte da cadeia de transmissão transgeracional dessas famílias, ou seja, se preservam sucessivamente entre as gerações.

A violência sexual na família de Melissa e de Najla parece deixar legados que se fazem presentes, assim como as fotos suspensas nas salas de ambas as adolescentes. Portraits comuns de garotas com trajés - coincidentemente ou não – semelhantes; registros de

um curto espaço de tempo, mas que também preservam longas molduras, marcas invisíveis, (des)veladas e não elaboradas.

Em suma, a coexistência de elementos psíquicos que demonstram operar de forma semelhante a heranças transgeracionais e a ocorrência da gestação fruto da violência sexual intrafamiliar não parece ser por acaso. Assim, supõe-se razoável afirmar que a gravidez decorrente do incesto representa o inventário, o fato que comprova, que reforça, e que talvez confirme a existência de heranças, heranças que são deixadas, heranças que parecem continuar, que fluem por meio da cadeia de transmissão psíquica transgeracional.

5 Considerações finais

Ao finalizar este trabalho, entende-se que as investigações psicanalíticas empreendidas parecem corroborar os objetivos primários deste estudo. A gravidez resultante da violência sexual intrafamiliar cometida contra adolescentes pode ser compreendida como um inventário que reforça a existência de heranças transgeracionais na dinâmica de tais famílias. Tal gestação preserva a cadeia de transmissão de elementos psíquicos não simbolizados, recalcados e inconscientes.

Nota-se, a partir dessa análise, que a violência sexual intrafamiliar perpetrada contra crianças e adolescentes descortina arranjos familiares atravessados por experiências ambivalentes e complexas. Embora se tenha explorado predominantemente aspectos subjetivos que permeiam o espaço intra e intersíquico dessas famílias, apreende-se que a ocorrência desse fenômeno ultrapassa os contornos individuais e familiares, já que estão circunscritos por um contexto social e suas problemáticas.

Assim, parece pertinente pressupor que a história dessas famílias é transpassada pela longa herança conservadora, machista e patriarcal que ainda institui às mulheres - inclusive às crianças e adolescentes desse gênero, sobretudo - condições de existência indignas, subalternas e opressivas. A perpetuação dessa lógica, de alguma forma, parece se sustentar pela rejeição às mulheres, crianças e adolescentes de espaços de escolhas, liberdades e decisões que dizem respeito aos seus corpos, aos seus futuros e às suas vidas.

Isso pode ser ilustrado não apenas pelo emudecimento que historicamente é imposto a elas, mas também pela operação de mecanismos político-ético-sociais que, de algum modo, deslegitimam o direito de interrupção legal em casos de violência sexual, por exemplo, pela dificuldade que parece haver em disseminar informações a respeito dessa garantia, bem como pela escassez de espaços de debate e conscientização acerca de temas como educação sexual, cuidados corporais, violências e direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes.

Para além desses obstáculos, ainda que existam avanços significativos no âmbito do acolhimento e tratamento às vítimas de violência sexual e suas famílias - sobretudo pelo valoroso trabalho que é realizado nos serviços especializados de atendimento a essas pessoas, alguns impasses evidenciaram-se. Em face disso, acredita-se que a ampliação e divulgação de tais serviços, o estabelecimento de estratégias de cuidados mais duradouros, perenes e elaborados com as gestantes violentadas sexualmente - as quais poderiam oferecer às vítimas mais recursos emocionais para que elas possam decidir sobre a interrupção ou não da gravidez -, bem como a capacitação frequente das equipes multiprofissionais desses ambulatórios e a articulação mais eficiente dos diferentes serviços acessados nessa situação, são algumas das possibilidades de enfrentamento cogitadas.

Ainda assim, a investigação da violência sexual intrafamiliar e dos múltiplos aspectos que se conectam a esse fenômeno suscitam algumas inquietações. A saber, de que forma a manutenção da cultura patriarcalista e conservadora está interseccionada à violência sexual intrafamiliar? De que maneira o tabu que envolve o sexo e a sexualidade infantil pode ser ressignificado a ponto de não contribuir com o silenciamento da violência sexual contra crianças e adolescentes? Como as adolescentes grávidas em decorrência da violência sexual podem ter seus discursos e desejos legitimados na decisão ou não pela interrupção da gestação se quem decide por elas são os seus responsáveis? De que maneira a continuidade da gravidez de tais adolescentes é compreendida pelos responsáveis que decidem pela vida delas? Como a coexistência de heranças transgeracionais e a violência sexual contra crianças e adolescentes está relacionada à herança institucional dos serviços de atendimento a essas vítimas?

São muitas as indagações que poderiam ser feitas, haja vista a multiplicidade de sentidos que o tema da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes abarca. Apesar de tais provocações não encontrarem respostas no tempo presente, considera-se que talvez elas possam auxiliar em reflexões futuras, em tempos nos quais se espera haver entendimentos mais maduros, profundos e humanos acerca desse fenômeno global que acomete tantas crianças e adolescentes.

6 Referências

- Abdala, A. T. C. P., Neves, A. S., & Paravidini, J. L. L. (2013). O fenômeno da transmissão psíquica e o incesto: possíveis articulações. *Psicologia em Revista*, 19(1), 43-58. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v19n1/v19n1a05.pdf>. doi-10.5752/P.1678-9563.2013v19n1p43
- Araújo, M. D. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em estudo*, 3-11. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>.doi- 10.1590/S1413-73722002000200002
- Benini, M. C. M. (2012). *Categorias das atuações incestuosas: funcionamento familiar e psicanálise* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5160/tde-28022013-145505/pt-br.php>
- Bertin, I. P., & Passos, M. C. (2003). A transmissão psíquica em debate: breve roteiro das concepções psicanalítica e sistêmica. *Interações*, 8(15), 65-79. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v8n15/v8n15a04.pdf>
- Castanho, P. (2015). El concepto de alianzas inconscientes como fundamento del trabajo vincular en psicoanálisis. *Estudios Interdisciplinarios em Psicologia*, 6(2), 92-112. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v6n2/a07.pdf>
- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In B. Franchetto, M. L. V., Cavalcanti & M. L., Heilborn (org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*4, pp. 23-62. São Paulo: Zahar
- Cohen C. (1993). *O incesto, um desejo*. São Paulo: Casa do Psicólogo
- Cohen, C. & Gobbetti, G. J. (1998). Abuso sexual intrafamiliar. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. V. 6, n. 24. p. 235-43. Recuperado de: <http://www.usp.br/cearas/ARTIGOS/oIncestoOabusoSexualIntrafamiliar.htm>
- Correa, O. B. R. (2000). *O legado familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica*. Rio de Janeiro: Contra Capa
- Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/a04v14n3.pdf>
- Cromberg, R. U. (2001). *Cena incestuosa: abuso e violência sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo
- De Azevedo, L., Féres-Carneiro, T., Brandão, E. P., & Lins, S. L. B. (2016). O conceito de transmissão psíquica na obra de Freud: a perspectiva de René Kaës. *Pensando famílias*, 20(2), 162-176. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v20n2/v20n2a12.pdf>
- Debieux, M. R. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista mal-estar e subjetividade*, 4(2), 329-348. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v4n2/08.pdf>

- Eiguer, A., Carel, A., André-Fustier, F., Aubertel, F., Ciccione, A., & Kaës, R. (1998). *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Unimarco Editora
- Faiman, C. J. S. (2003). Considerações sobre o abuso sexual incestuoso: efeitos e possibilidades de intervenção. *Saúde, Ética & Justiça*, 8(1-2), 24-34. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/42223/49561>. doi -10.11606/issn.2317-2770.v8i1-2p24-34
- Faimberg, H. (2005). The telescoping of generations: listening to the narcissistic link between generations. *The Scandinavian Psychoanalytic Review*, 29 (1), 65-66. Recuperado de: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01062301.2006.10592783>. doi -10.1080/01062301.2006.10592783
- Farias, R. S., & Cavalcanti, L. F. (2012). Atuação diante das situações de aborto legal na perspectiva dos profissionais de saúde do Hospital Municipal Fernando Magalhães. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(7), 1755-1763. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n7/14.pdfdoi-10.1590/S1413-81232012000700014>
- Ferrari, D. C. & Vecina, T. C. C. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora
- Freud, S. (1974). *Totem e tabu*. In: S. Freud. Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, Trad., Vol. 13, pp. 13-191). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1913)
- Freud, S. (1990). *Recordar, repetir e elaborar*. In: S. Freud. Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, Trad., Vol. XII, pp. 189- 203). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1914)
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In: S. Freud. Obras completas (Paulo César de Souza, Trad., Vol. 12, pp. 13-50). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1914)
- Freud, S. (2011a). O mal-estar na civilização. Em S. Freud, Obras Completas (Paulo César Souza, Trad. Vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930)
- Freud, S. (2011b). *O Eu e o Id*. In: S. Freud. Obras completas (Paulo César de Souza, Trad., Vol. 16, pp. 13-74). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1923)
- Freud, S. (2011c). *Psicologia das massas e Análise do Eu*. In: S. Freud. Obras completas (Paulo César de Souza, Trad., Vol. 15, pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1921)
- Garcia, C. A., Pires, C. M. & Penna, A. (2010). O trabalho do negativo e a transmissão psíquica. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 62(3), 68-79. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

- Gobbetti, G.J. (2000). *Incesto e saúde mental: uma compreensão psicanalítica sobre a dinâmica das famílias incestuosas*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/42384>
- Henriques, M. I. G., & Gomes, I. C. (2005). Mito familiar e transmissão psíquica: uma reflexão temática de forma lúdica. *Psychê*, 9(16), 183-196. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v9n16/v9n16a12.pdf>
- Kaës, R. (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In A., Eiguer et al. (Org.). *A transmissão do psiquismo entre gerações* (pp. 55-19). São Paulo: Unimarco Editora
- Kaës, R. (2005). *Os espaços psíquicos compartilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo
- Kaës, R. (2009). *As alianças inconscientes* (2a ed.). São Paulo: Ideias & Letras
- Lacan J. (2002). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Em J. Lacan (Marco Antônio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes da Silveira Júnior, Trad. 1.ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1938)
- Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm
- Machado, C. L., Fernandes, A. M. D. S., Osis, M. J. D., & Makuch, M. Y. (2015). Gravidez após violência sexual: vivências de mulheres em busca da interrupção legal. *Cadernos de Saúde Pública*, 31, 345-353. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v31n2/0102-311X-csp-31-02-00345.pdf>
- Ministério da Saúde. (2018). Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. *Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde*. Vol. 49, n. 27. Recuperado de: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>
- Neves, A. S., de Castro, G. B., Hayeck, C. M., & Cury, D. G. (2010). Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. *Temas em psicologia*, 18(1), 99-111. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a09.pdf>
- Oliveira, F. L. D., Braga, A., Caputo, A., Rezende-Filho, J. F. D., & Montenegro, C. A. B. (2011). Infecção pelo citomegalovírus na gestação: uma visão atual. *Femina*. 39 (11), 515-519. Recuperado de: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2011/v39n11/a2968.pdf>
- Panhoni, V. A. C. S. (2017). *Desfecho da gravidez por violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar entre crianças e adolescentes* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5160/tde-23082017-114738/pt-br.php>
- Passos, M. C. (2011). Família, laços e sofrimento psíquico. *Revista mal-estar e subjetividade*,

- 11(3), 1095-1111. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n3/05.pdf>
- Pfeiffer, L. & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 197-204. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>. doi - [10.1590/S0021-75572005000700010](https://doi.org/10.1590/S0021-75572005000700010)
- Pinheiro, M. L. (2015). *Famílias incestuosas: diferenciação das funções familiares* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5160/tde-14092015-103348/pt-br.php>
- Prado, M. D. C. C. D. A., & Pereira, A. C. C. (2008). Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(2), 277-291. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n2/a12v25n2.pdf> . doi - [10.1590/S0103-166X2008000200012](https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000200012)
- Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188. Recuperado de : <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a21.pdf> . doi - [10.1590/S0102-71822010000100021](https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021) .
- Santos, S. R. M. L. B. (2013). Menina, mulher, filha, mãe? A gravidez decorrente de violência sexual (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado de: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_25dd36a784394cb3a014c9073136096b
- Sei, M. B., & Gomes, I. C. (2015). Violência familiar, o transgeracional e a arteterapia com famílias: Aproximações. *Encontro: Revista de Psicologia*, 11(16), 133-140. Recuperado de: <https://revista.pgskroton.com/index.php/renc/article/view/2564>
- Souto, R. M. C. V., Porto, D. L., Pinto, I. V., Vidotti, C. C. F., Barufaldi, L. A., Freitas, M. G. de, Silva, M. M. A. de & Lima, C. M. de. (2017). Estupro e gravidez de meninas de até 13 anos no Brasil: características e implicações na saúde gestacional, parto e nascimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2909–2918. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-2909.pdf>. doi - [10.1590/1413-81232017229.13312017](https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13312017)
- Winnicott, D.W. (2011). *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. Em D. W. Winnicott (Marcelo Brandão Cipolla, Trad., 4. Ed). Belo Horizonte: WMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1965).